

A polifonia linguística¹

Linguistic polyphony

Marion Carel

École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris



RESUMO – Situando-se no contexto de estudos sobre a polifonia, no qual distingue os trabalhos de Oswald Ducrot (polifonia semântica), e os de Mikhail Bakhtin (polifonia intertextual), o artigo propõe-se a tratar da polifonia criada por Oswald Ducrot. Discute, então, se a pressuposição é realmente fonte de polifonia, concluindo que existem duas formas de pressuposição: a argumentativa e a polifônica. Analisa igualmente a noção de “responsabilidade enunciativa”, vendo-a como uma “multiplicidade de responsabilidades”, inferindo daí o papel e a natureza das vozes mobilizadas pela polifonia semântica. Apresenta finalmente sua Teoria Argumentativa da Polifonia que desenvolve com Oswald Ducrot e Alfredo Lescano, inspirada tanto nos conceitos de história e discurso de Benveniste quanto na polifonia de Ducrot. Com isso, distingue a polifonia linguística da polifonia intertextual.

Palavras-chave: Teoria Argumentativa da Polifonia; polifonia linguística; polifonia intertextual

ABSTRACT – Placing in the context of studies on polyphony, in which the works by Oswald Ducrot (semantic polyphony), and by Mikhail Bakhtin (intertextual polyphony), the paper aims to deal with it polyphony as proposed by Oswald Ducrot. It discusses if presupposition is really a source of polyphony, concluding that two forms of presupposition exist: argumentative and polyphonic presupposition. The paper also analyzes the notion of “enunciative responsibility”, seeing it as a “multiplicity of responsibilities”, inferring from there the role and the nature of voices mobilized by semantic polyphony. It presents the Theory of Argumentative Polyphony, developed with Oswald Ducrot and Alfredo Lescano, inspired both by Benveniste’s concepts of history and discourse and Ducrot’s polyphony. With this, it distinguishes linguistic polyphony from intertextual polyphony.

Keywords: Theory of Argumentative Polyphony; linguistic polyphony; intertextual polyphony

Muito utilizado na linguística moderna, o termo “polifonia” remete a fenômenos que podem ser classificados em duas famílias: os que dizem respeito à alusão, por um único enunciado, a vários conteúdos; e os que dizem respeito à presença de várias instâncias enunciantes no interior da enunciação. Encontrar-se-á um panorama dessas diversas abordagens em Perrin e Colas-Blaise.

Na primeira dessas duas acepções, a mais banal, o termo “polifonia” remete ao caso em que um locutor dá voluntariamente a entender vários conteúdos, sem que lhe seja possível negar tê-los evocado: expressos ao mesmo tempo, esses conteúdos se acrescentariam para constituir o sentido do enunciado. Pode-se distinguir o

que eu chamarei uma “polifonia semântica”, ligada ao nome de Ducrot, e uma “polifonia intertextual”, ligada ao de Bakhtin. Um exemplo de polifonia semântica é dado pela pressuposição:

(1) *Pedro parou de dormir.*

O locutor de (1) comunica de fato ao mesmo tempo que Pedro não está dormindo e que Pedro dormia antes.

¹ Referência deste artigo publicado na França: CAREL, Marion. La polyphonie linguistique. In: *Transposition*; musique et sciences sociales. Paris: EHESS, n. 1, 2011. <<http://transposition-revue.org/les-numeros/polyphonie-et-societe/article/la-polyphonie-linguistique>>. Tradução: Leci Borges Barbisan – PUCRS.

O objeto de sua tomada de palavra é o conteúdo [Pedro não está dormindo] (é ele que é interrogado pela forma interrogativa *Pedro parou de dormir?*) e a esse primeiro conteúdo acrescenta-se um segundo [Pedro dormia antes] que o locutor aceita igualmente mesmo se ele não é objeto declarado de sua tomada de palavra (esse segundo conteúdo não é atingido pela interrogação). O primeiro conteúdo é qualificado como “posto”, o segundo, como “pressuposto”; o locutor dá a entender os dois.

Distinguir-se-á a pressuposição dos fenômenos do subentendido, que, a meu conhecimento, nunca são qualificados como polifônicos. Há certamente um parentesco entre o exemplo anterior e o seguinte:

- (2) *Alguns estudantes vieram à jornada organizada pelo centro*

Já que, do mesmo modo que o primeiro exemplo faz compreender de modo implícito que Pedro dormia antes, do mesmo modo esse segundo exemplo leva a compreender de modo implícito que alguns estudantes não vieram. Mas o conteúdo [alguns estudantes não vieram à jornada do centro] não constitui, apesar disso, um pressuposto de (2) porque ele não é claramente mantido na interrogação – o locutor de *alguns estudantes vieram?* não parece necessariamente comunicá-lo. E sobretudo, enquanto todo enunciado da frase *Pedro parou de dormir* comunica o pressuposto de que Pedro dormia antes, certos enunciados de *alguns estudantes vieram*, ao contrário, não comunicam que alguns estudantes não vieram:

- (3) *Alguns estudantes vieram, talvez mesmo todos.*

Um locutor pode sempre negar ter subentendido uma proposição, o que não é possível quando a proposição é pressuposta.

A evocação intertextual compartilha com a pressuposição o fato de não ser negável:

- (4) *Eu crio portanto eu existo. O primeiro ato de vida é um ato criador* (Romain Rolland, *A viagem interior*)

O locutor de *eu crio, portanto existo* não pode negar a alusão ao Cogito de Descartes, e nisso seu discurso se assemelha a *Pedro parou de dormir*. Notar-se-á, entretanto, que ele não toma posição em relação ao Cogito. Ele faz alusão, mas sem afirmá-la, nem rejeitá-la, nem substituí-la, nem mesmo transformá-la: o locutor não procura nenhum verdade primeira para servir de fundamento à filosofia; ele não toma posição em relação a Descartes. Ele se contenta com fazer ressoar a fórmula de Descartes em sua própria fala, como para colocar seu discurso ao lado do de Descartes, como para acrescentar seu próprio

discurso a uma espécie de Discurso total, constituído por todas as palavras (filosóficas) já ditas. Enquanto o locutor de *Pedro parou de dormir* comunica que Pedro dormia antes, o locutor de *crio, portanto existo* não comunica propriamente o conteúdo [penso logo existo]. Falarei de polifonia intertextual.

A polifonia semântica e a polifonia intertextual compartilham assim o fato de serem declaradas. Elas se distinguem, por outro lado, pela maneira como o conteúdo suplementar é evocado e pela posição do locutor em relação a esse conteúdo. Quando a polifonia é semântica, a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos; quando a polifonia é intertextual, a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras faz alusão a um conjunto passado, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo composicional do conjunto novo. É a polifonia semântica que me interessará na continuação e que discutirei.

Porque, eu me pergunto: os pressupostos são de fato fonte de polifonia? Constituem eles, como propõe Ducrot (1972), conteúdos independentes dos postos, acrescentados como plano de fundo desses últimos e comunicados como eles pelo locutor? Não seria necessário antes, como propunha Russell (1989), fundir o posto e o pressuposto em um conteúdo único? Ou até mesmo, como propunha Frege (1971), excluir os pressupostos do que é comunicado e ver em sua aceitação uma simples condição prévia para que o conteúdo posto tenha valor de verdade? Num caso como no outro, se destruiria a hipótese de que a pressuposição é causa de uma polifonia semântica.

As formas linguísticas favoráveis à descrição de Frege são bastante raras. Pensar-se-á em exemplos como o seguinte, cujo grupo nominal *o limo* pressupõe o conteúdo [havia limo], relativo à existência de limo:

- (5) *Entramos em uma velha cabana. O limo a tornava deslizando.*

Fala-se, então, de emprego existencial do artigo definido, por oposição a seu emprego anafórico que se encontra, por exemplo, em (6):

- (6) *Chegamos em Dijon. A cidade já estava decorada para o Natal.*

(O grupo nominal *a cidade* tem de fato como única função a de fazer referência a Dijon: o conteúdo existencial [havia uma cidade], se alguma vez é evocado, é já comunicado pela ocorrência de *Dijon* na primeira frase.) Os empregos existenciais do artigo definido, eu o anunciava, são favoráveis à descrição de Frege: a existência do objeto

de que o enunciado fala (o limo) é condição para que o grupo verbal (*tornar deslizante*) se aplique a alguma coisa e que o enunciado global tenha um sentido, ou seja, em particular, um valor de verdade. Entretanto, esses casos não poderiam servir de modelo para a pressuposição, porque os conteúdos pressupostos não têm sempre por função dar um sentido ao julgamento posto. No verso de Victor Hugo que segue, a descrição de um sonho em que Napoleão vê as consequências de seus fracassos, o artigo definido é anafórico e é o adjetivo *horrível* do grupo nominal sujeito que introduz um pressuposto, a saber o julgamento incidente [a visão era horrível]:

(7) *A horrível visão se apagou* (Hugo, *Expiation*).

Ora, esse pressuposto não constitui condição para que o julgamento principal [a visão se apagou] tenha um sentido: não é necessário supor que a visão era horrível para que haja um sentido em dizer que ela se apagou. Não se trata de uma condição para o bom emprego de *a visão se apagou*, mas de um segundo conteúdo que se acrescenta ao conteúdo principal e é igualmente comunicado pelo verso de Hugo. Salvo talvez quando são de natureza existencial, os pressupostos devam ser integrados ao sentido do enunciado.

São eles, por isso, como propõe Ducrot, fonte de polifonia? São eles efetivamente disjuntos do posto ou devem, ao contrário, como propõe Russell, ser fundidos a este último? Começamos, para exemplificar, voltando ao enunciado *Pedro parou de dormir*. Vimos que esse enunciado pressupõe que Pedro dormia e põe que não está dormindo. Como o conhecimento do sono passado de Pedro não é uma condição para que o julgamento [Pedro não está dormindo] tenha valor de verdade, estamos num caso em que o enunciado comunica seu pressuposto. A questão é determinar se esse pressuposto é independente do posto. Segundo Ducrot, sim; para mim, não. Os enunciados cujos pressupostos são fonte de polifonia, se eles existem, são, creio, mais raros do que supunha Ducrot.

O argumento de Ducrot para ver na pressuposição uma fonte sistemática de polifonia era que a locução *ne...pas* (não) não age do mesmo modo sobre o posto e sobre o pressuposto (o locutor de *Pedro não parou de dormir* nega que Pedro não dorme, mas mantém que Pedro dormia antes). Isso desqualificava a hipótese de Russell segundo a qual o posto e o pressuposto seriam coordenados pela conjunção lógica *e*, isto é, adicionados, de modo simétrico, em um único conteúdo, e conduzia, portanto, Ducrot a ver, no pressuposto e no posto, dois conteúdos independentes, objetos de dois atos de afirmação distintos, o ato de pressupor e o ato de por. Quanto a mim, admito, é claro, que a locução *ne...pas*

(não) não age do mesmo modo sobre o pressuposto e sobre o posto, mas vejo aí uma consequência do fato de que os dois conteúdos são fundidos em um único conteúdo, não por meio da conjunção sintática *e*, mas por uma conjunção assimétrica do tipo de *portanto* ou de *no entanto*. Precisemos portanto: se a hipótese particular de uma conjunção lógica do posto e do pressuposto de *Pedro parou de dormir* deve ser abandonada, a hipótese mais geral de que esses conteúdos são imbricados deve ser mantida; eles são argumentativamente ligados. Notar-se-á, nesse sentido que parar de dormir não consiste em ter dormido antes e em, por outro lado, não dormir agora; eu dormia esta noite, não estou dormindo nesta tarde, não se dirá com isso de mim que eu parei de dormir. O locutor de *Pedro parou de dormir*, pelo próprio emprego de *parar*, afirma uma mudança, isto é, uma *passagem* de um estado a outro estado, e não a existência de dois estados. Para ele, Pedro não está dormindo *enquanto* que ele dormia antes: Pedro está acordado apesar de seu estado de sono anterior. O pressuposto e o posto são ligados e formam, não dois predicados lógicos independentes, afirmados separadamente, mas um único predicado argumentativo estar-acordado-apesar-de-seu-estado-de-sono-anterior. Contrariamente aos predicados lógicos e a sua simples adição, esse predicado argumentativo não tem condição de verdade porque a oposição desses dois estados (marcada aqui por *apesar de*) não é observável no mundo – no máximo pode-se observar a simultaneidade de dois estados. Além disso, a negação o transforma em outro predicado argumentativo, de natureza não mais opositiva, mas consecutiva: *Pedro não parou de dormir* significa que Pedro está dormindo *considerando-se* que ele dormia anteriormente; seu estado de sono dura, ele-está-dormindo-porque-dormia-antes. Os grupos verbais *parar de dormir* e *não parar de dormir* fazem assim parte das expressões linguísticas que têm por significação predicados argumentativos do tipo *ser-Q-embora-ser-P* ou *ser-Q-porque-ser-P*. Seu emprego permite ao locutor dizer que aquilo de que ele fala é ao mesmo tempo P e Q, mas o pressuposto *isso é P* é então fundido ao posto *isso é Q*, de modo que finalmente um único conteúdo é comunicado. O locutor de *Pedro parou de dormir* comunica o sentido único [Pedro não-está-dormindo-no-entanto-ele-dormia-antes]. A pressuposição é aqui sinal de que Pedro é descrito por um predicado argumentativo; ela não cria nenhuma polifonia semântica.

Isso não significa, é claro, que *todos* os fenômenos de pressuposição são sinais da argumentatividade do conteúdo comunicado. A pressuposição subjacente a *Pedro parou de dormir* é de origem argumentativa, mas não é o caso da pressuposição subjacente a *a horrível visão se apagou*: desta vez, o locutor não estabelece nenhum elo argumentativo entre o conteúdo pressuposto [a visão

era horrível] e o conteúdo posto [a visão se apagou] e a pressuposição é fonte de polifonia. O que os exemplos mostram é que existem duas formas de pressuposição: uma pressuposição argumentativa (a do exemplo *Pedro parou de dormir*), que não é fonte de nenhuma polifonia, e uma pressuposição polifônica (a do exemplo *a horrível visão se apagou*), que acrescenta ao conteúdo principal um segundo conteúdo de plano de fundo. A polifonia semântica existe mas de modo menos amplo do que supunha Ducrot.

Pode-se linguisticamente prever os casos em que a pressuposição será fonte de polifonia? Quando ela tem por origem um julgamento incidente, essa previsão não parece ser possível. Assim, o verso de Hugo, como já vimos, é polifônico, mas o verso de La Fontaine, que aparece em (8), não o é:

- (8) *seu pecadinho foi julgado um caso de força* (La Fontaine, *Os animais doentes de peste*)

(trata-se do erro de que o asno se acusa numa pesquisa dos animais sobre as razões da peste: o de ter pastado a grama de uma pradaria de monges). Seu locutor não comunica dois julgamentos independentes, um, segundo o qual pastar a grama seria um pecadinho, e o outro, segundo o qual se trataria de um caso de força: ele contrasta esse dois conteúdos e afirma sua oposição: ele põe que pastar a grama foi-julgado-um-caso-de-força-apesar-de-ser-um-pecadinho. A pressuposição é argumentativa e não polifônica. Assim a natureza, polifônica ou argumentativa, de uma pressuposição, decorrente de um julgamento incidente, não parece ser decisória.

Ao inverso, quando a pressuposição é de origem lexical, parece ser sempre argumentativa. O locutor de *Pedro pretende que Maria veio* pressupõe que alguns pensam que Maria não veio (Berrendonner, 1981) e opõe esse pressuposto ao fato de que Pedro diz que Maria veio: ele descreve Pedro por meio do predicado argumentativo dizer-que-Maria-veio-embora-alguns-pensem-o-contrário. O locutor de *Pedro foi econômico* pressupõe que certo objeto era inútil e declara que essa inutilidade conduziu Pedro a não comprá-lo: Pedro é descrito por meio do predicado argumentativo não-comprar-porque-é-inútil. O locutor de *Pedro foi prudente* pressupõe que Pedro encontrou um perigo e declara que esse perigo conduziu Pedro a tomar precauções: Pedro é descrito por meio do predicado argumentativo tomar-precauções-por-cause-do-perigo. O locutor de *Pedro foi indulgente com seu filho* pressupõe que o filho de Pedro tinha feito uma bobagem e opõe isso à reação de Pedro: Pedro é descrito por meio do predicado argumentativo punir-fracamente-apesar-dos-erros. Em nenhum desses enunciados, o elo argumentativo faz parte do próprio sentido da palavra

empregada. Imaginemos, como exemplo, que um erro seja cometido na Austrália e que eu não o puna. Não se dirá que fui indulgente porque minha ausência de reação não é contrária à existência desse erro, mas decorre do fato de que eu não participava da cena; só são indulgentes aqueles que não-puniram-apesar-do-erro.

Uma última observação, antes de concluir esta primeira parte. A pressuposição não é a única fonte possível de polifonia semântica. Há outra grande família de casos (eu me pergunto se ela tem um equivalente musical): é a dos enunciados cujo locutor, em vez de afirmar um conteúdo, ao contrário, rejeita-o:

- (9) *Pedro não é grande. Ao contrário, é minúsculo.*

O locutor comunica ao mesmo tempo o conteúdo negativo NEG-[Pedro é grande] (segundo o qual, Pedro, digamos, tem uma certa pequenez) e o conteúdo positivo [Pedro é grande]: o objeto de sua tomada de palavra é o conteúdo negativo, mas a isso se acrescenta a rejeição explícita do conteúdo positivo. A presença deste último – e ao mesmo tempo sua exclusão – é atestada pela sequência de (10), que o opõe ao conteúdo [Pedro é minúsculo]: o contrário de [Pedro é minúsculo] é de fato o conteúdo positivo [Pedro é grande], e não o conteúdo negativo NEG-[Pedro é grande]. Notar-se-á que seria, ao contrário, impossível constituir:

- (10) *Pedro é pequeno. Ao contrário, ele é minúsculo.*

É uma propriedade da negação *não* (*ne...pas*) a de fazer ouvir, além da afirmação do conteúdo negativo, a rejeição do conteúdo positivo.

Poderíamos também nos perguntar, seguindo Rabatel (2008), se a polifonia semântica, aquela que se interessa pelos conteúdos comunicados só pela significação das palavras, não teria interesse em admitir, ao lado dos conteúdos postos, pressupostos e rejeitados, conteúdos “assumidos” em relação a eles. Isso permitiria, por exemplo, seguindo Monte (2008), resolver enunciativamente o oxímoro contido no enunciado de Agrippa d’Aubigné:

- (11) *O sol luminoso é apenas uma noite escura comparado a seus olhos*

O locutor de (11) afirmaria que o sol é apenas uma noite escura, mas não se posicionaria em relação a seu caráter luminoso: ele “assumiria” o julgamento incidente [o sol é luminoso], sem aceitá-lo (o que evita a contradição), sem, entretanto, rejeitá-lo (o que distinguiria (11) de um enunciado como *meus professores gostavam do sublime cinzento* que, compreendido como uma crítica de *meus professores* exclui o conteúdo [o cinzento é sublime]).

A possibilidade de que um locutor não tome posição em relação a um conteúdo evocado pelo seu enunciado aproximaria a polifonia semântica da polifonia intertextual que trata de conteúdos que o locutor faz ouvir sem por isso tomar posição em relação a eles. As duas formas de polifonia se distinguiriam, entretanto, pela origem dos conteúdos estudados, uma origem linguística no caso da polifonia semântica, uma origem histórica no caso da polifonia intertextual.

O segundo tema dos estudos relativos à polifonia linguística, a multiplicidade das instâncias enunciativas é, também ela, abordada diferentemente nos trabalhos inspirados em Bakhtin e naqueles inaugurados por Ducrot. Quando a polifonia é intertextual, a multiplicidade de vozes decorre de uma multiplicidade de responsabilidades. O locutor de (4), por exemplo:

- (4) *Eu crio, portanto, eu existo. O primeiro ato de vida é um ato criador.*

quando ele faz ouvir o Cogito, não toma posição em relação a essa fórmula, de modo que o enunciado *eu crio, portanto, eu existo* dá ao mesmo tempo a palavra a Descartes, responsável pelo conteúdo [eu penso, portanto eu existo], e a seu locutor, responsável pelo conteúdo [eu crio, portanto eu existo]. Fontes de conteúdos distintos, essas duas vozes se acrescentam, se superpõem, compartilham o enunciado *eu crio, portanto eu existo*: há uma multiplicidade de instâncias enunciantes, porque há multiplicidade de conteúdos evocados. Esse conjunto de vozes é estruturado? As instâncias que se exprimem em (4) dialogam entre elas? Não creio, porque um diálogo supõe troca, resposta, escuta – até mesmo tratando-se de defender uma posição contrária: ora, o conteúdo [eu crio, portanto eu existo], se é acrescentado ao Cogito, não constitui uma resposta a Descartes. Seria mais justo dizer que os responsáveis por [eu penso, portanto eu existo] e por [eu crio, portanto eu existo] falam ao mesmo tempo.

Quando a polifonia é, por outro lado, semântica, a multiplicidade de instâncias que enunciam decorre, não mais de uma multiplicidade de responsabilidades, mas do fato de que a responsabilidade do locutor é complexa e exige, para ser descrita, ser decomposta. A simples distinção do posto, do pressuposto e da rejeição não basta, de fato, para descrever os modos como, por exemplo, os locutores dos três discursos seguintes afirmam que os estudos literários sobre autor não têm lugar em sua universidade:

- (12) *Eu acho que os estudos literários a respeito de um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição de tese.*

- (13) *Nossa universidade não acolhe tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*
 (14) *Parece que nossa universidade não acolhe tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*

O não engajamento do locutor de (14), em comparação com o engajamento do locutor de (12), não é um eco da oposição do pressuposto e do posto: em (14), como em (12), o locutor afirma a ausência de estudos literários sobre autor na universidade (esse é o objeto de sua tomada de palavra, é a isso que ele articula a sequência de seu discurso), como o faz o locutor de (13). Para descrever o que distingue (12), (13) e (14), é preciso analisar a noção de “responsabilidade enunciativa”. É essa análise que a polifonia semântica propõe dizendo que os três locutores precedentes “assumem” um mesmo conteúdo (eles lhe dão a mesma função textual: ele constitui aquilo a que o resto do discurso será articulado) mas apresentado por “vozes” diferentes: o locutor de (12) deixa ouvir sua própria voz; o locutor de (13), ao pretender apoiar-se sobre fatos, faz ouvir a voz factual do Mundo; e o locutor de (14), ao se desengajar em proveito de uma subjetividade diferente da sua, faz ouvir a voz daquele que, nem locutor, nem interlocutor, está ausente da discussão. Notar-se-á que essa análise da enunciação de um conteúdo em uma função textual (aqui o conteúdo é assumido pelo três locutores) e uma voz relacionada ao conteúdo (que é, em meu exemplo, a do locutor, do Mundo, e enfim de um ausente) tem como consequência que até mesmo um enunciado que comunica um único conteúdo, por exemplo *fumar mata*, será compartilhado por várias instâncias que se enunciam, o locutor que assume que fumar mata e a voz factual do Mundo que carrega o conteúdo [fumar mata]: está aí uma diferença em relação à polifonia intertextual para a qual o enunciado *fumar mata* seria monofônica. É pelo papel e pela natureza das vozes mobilizadas pela polifonia semântica que vou me interessar.

Tal como eu a entendo, a polifonia semântica prolonga a teoria enunciativa de Benveniste, em que são distinguidos dois tipos de enunciação: a enunciação histórica, que apresenta acontecimentos que parecem contar-se por si mesmos, e a enunciação discursiva, graças à qual, ao contrário, o locutor se dirige a um interlocutor ativo do qual ele espera uma reação. Esses tipos de enunciação são de fato, segundo Benveniste, ancorados nos tempos gramaticais e constituem, portanto, como todos os fenômenos da polifonia semântica, características da própria língua: o *passé simple* (pretérito perfeito) seria um indicativo de que essa enunciação é histórica e a distância instaurada pelo *passé simple* (*Il entra discrètement dans sa chambre et y trouva ses parents, rouges de colère – ele entrou discretamente em*

seu quarto e encontrou seus pais vermelhos de raiva) teria como origem o recurso a esse tipo de enunciação; inversamente, o *passé composé* seria um indicativo de que a enunciação é discursiva de modo que o locutor de uma narrativa no *passé composé* (pretérito perfeito) (*il est entré dans sa chambre et a trouvé ses parents rouges de colère* – ele entrou em seu quarto e encontrou seus pais vermelhos de raiva) seria dirigida a seu interlocutor e ao mesmo tempo implicaria uma narrativa. Certamente outros linguistas, eu penso em Bally, interessaram-se pela enunciação. Mas enquanto Bally insiste no fato de que um locutor pode declarar verdadeiro, mas igualmente desejável ou ao contrário ameaçador, o conteúdo que ele comunica, enquanto Bally insiste no fato de que um locutor pode apresentar tanto aquilo em que ele crê ele próprio quanto aquilo em que outro crê, Benveniste se interessa apenas pelo caso em que o locutor defende um conteúdo no qual ele mesmo crê e distingue no interior só desse caso dois tipos de enunciação, a enunciação histórica e a enunciação discursiva. Assim, os conceitos de Benveniste aplicam-se facilmente ao estudo de (12), (13) e (14): pode-se reconhecer em (12) (*eu acho que...*) a enunciação discursiva e no enunciado muito factual (13), a enunciação histórica. Eles são, entretanto, insuficientes para distinguir (14) (*parece que...*) de (12) e de (13).

A teoria da polifonia de Ducrot (1984) evita essa dificuldade propondo distinguir o “locutor”, que coloca os conteúdos no discurso ou o texto em curso, e os “enunciadores” que garantem os conteúdos comunicados: não é diretamente em relação a um conteúdo que o locutor toma posição colocando-o, pressupondo, ou rejeitando, mas indiretamente assumindo, concordando ou excluindo a voz que carrega o conteúdo e o garante. Certamente o locutor representa às vezes ele próprio o papel do enunciador: é o que marca o emprego de *eu acho que* e o locutor de (12) ao mesmo tempo assume a voz que carrega o conteúdo [os estudos literários não têm lugar em nossa universidade] e se dá como garantia desse conteúdo. Mas o locutor pode também deixar o papel de enunciador a outros e é o que marca o emprego de *parece que*: o locutor de (14) assume a voz que carrega o conteúdo [nossa universidade não acolhe tese literária sobre autor], mas sem ele mesmo garantir esse conteúdo. À observação banal de que um locutor pode apresentar um conteúdo que não constitui uma de suas crenças, Ducrot acrescenta, e é inesperado, que o locutor pode assumir um conteúdo do qual ele não é, ele mesmo, a garantia, e assumi-lo exatamente como se ele fosse a garantia, isso independentemente daquilo que garante finalmente o conteúdo – pode tratar-se tanto de uma autoridade (*segundo os professores mais antigos, nossa universidade não acolhe tese sobre autor literário*) como de uma subjetividade qualquer, diferente dele (*parece que*

nossa universidade não acolhe tese sobre autor literário). Alguém pode se descomprometer em benefício de outro, deixá-lo garantir um conteúdo, e articular seu discurso a uma proposição que ele próprio não garante.

Os enunciadores de Ducrot são essencialmente indivíduos, frequentemente descritos em *O dizer e o dito* como fontes dos conteúdos que eles garantem, isto é, como aqueles que crêem nesses conteúdos e por meio dos quais os conteúdos são levados ao locutor. A Scapoline, teoria escandinava da polifonia, sistematiza essa análise da responsabilidade enunciativa como a indicação das fontes dos conteúdos utilizados pelo locutor². Ducrot aceita igualmente o enunciador *on* (se), tomado de modo talvez um pouco abusivo de Berrendonner, e que representa a opinião pública, a doxa: seria esse enunciador que garantiria os lugares comuns veiculados por nossos discursos, por exemplo, o conteúdo *quanto mais se é rico, mais se é feliz* veiculado pela sequência *ele é rico, portanto é feliz* – vê-se ainda nesse exemplo que Ducrot tem tendência a assimilar as garantias dos conteúdos com suas fontes: o enunciador de [quanto mais se é rico, mais se é feliz] é *on* (se) porque esse lugar comum é uma crença da opinião pública. O Fantasma da verdade, introduzido igualmente por Berrendonner e que representaria a voz dos fatos, a voz do Mundo, não é, em compensação, retomado por Ducrot.

Essa formulação em termos de enunciadores conduziu Ducrot a batizar sua teoria da enunciação com o nome de “teoria da polifonia”. Fazendo assim alusão a Bakhtin: nos dois casos, instâncias diferentes do locutor se fazem ouvir. Mas enquanto as vozes da polifonia intertextual são independentes do locutor e acrescentam aos conteúdos que este último sustenta os conteúdos nos quais elas próprias crêem, as vozes da polifonia semântica são utilizadas pelo locutor para graduar sua própria responsabilidade em relação aos conteúdos introduzidos: trata-se, para Ducrot, de representar só a enunciação do locutor, sob suas diferentes formas. Ele consegue? Não creio, e isso precisamente por causa daquilo que aproxima sua teoria da polifonia intertextual, a saber a hipótese de que os enunciadores são seres individuais, fontes dos conteúdos. De fato, o quanto Benveniste era econômico em tipos de enunciação – e assim os tipos de exemplos eram mais numerosos do que seus tipos de enunciação –, a teoria da polifonia, ao contrário, multiplica os tipos de enunciação já que a cada indivíduo corresponderá um enunciador e, portanto, uma forma de enunciação. Ora, não se tem de dar à descrição semântica tal sutileza, como mostra, vamos vê-lo, o emprego modal dos verbos de dizer.

² NOLKE, Henning, FLOTTUM, Kjersti, NORÉN, Coco. *Scapoline*. La Théorie Scandinave de la Polyphonie. Paris: Kimé, 2004.

O exemplo é clássico: é dado por Arnauld e Nicole em sua *Lógica* (1978 [1962]). Trata-se de (15):

- (15) *Os filósofos nos garantem que as coisas pesadas caem por elas mesmas para baixo.*

Pode-se compreender (15) de dois modos. O locutor pode inicialmente querer, por meio desse enunciado, descrever os filósofos relatando uma de suas opiniões, como quando eu continuo com *ora isso é um erro; conseqüentemente pode ser que os filósofos ensinem um erro*. Quando há tal emprego, o conteúdo comunicado é [os filósofos têm a propriedade de nos assegurar que as coisas pesadas caem por si mesmas para baixo] e diz respeito aos filósofos. Mas uma segunda leitura do exemplo de Port Royal é possível, segundo a qual, desta vez, ele constitui uma afirmação modalizada de que as coisas pesadas caem por si mesmas para baixo. O conteúdo introduzido é então {*as coisas pesada caem por si mesmas para baixo*} e o locutor poderá continuar com *portanto as coisas não são só extensão mas também vontade*. Com essa segunda leitura, o verbo *garantir* está em emprego modal: ele não comunica mais seu sentido, mas serve somente, ao modo da locução *parece que*, para introduzir o conteúdo da proposição que lhe é sintaticamente subordinada. Essas observações sobre o verbo *garantir* podem ser generalizadas a todos os verbos de dizer, e em particular ao mais banal dentre eles, o próprio verbo *dizer*. Distinguir-se-á um emprego modal de *Maria diz que p*, que atribui a Maria a propriedade de dizer que p:

- (16) *Maria diz que a crise econômica ficou para trás, ela é mesmo otimista.*

O locutor assume o conteúdo [Maria tem a propriedade de dizer que a crise econômica ficou para trás], carregada pela voz do Mundo (ou talvez a do locutor); e um emprego modal de *Maria diz que p* que continua uma afirmação modalizada de [p]:

- (17) *Maria diz que a crise econômica ficou para trás, João deveria rapidamente encontrar trabalho.*

O locutor assume o conteúdo [a crise econômica ficou para trás] trazido pelo enunciador individual que é Maria.

O fato de que seja Maria que falou do fim da crise econômica pertence ao primeiro plano daquilo que é comunicado por (16), mas perde sua importância em (17) em que se poderia substituir *Maria diz que* por *Pedro diz que* ou ainda *parece que*: o objeto da tomada de palavra é em (17) o fim da própria crise e a locução *Maria diz que* indica simplesmente um não-engajamento enunciativo do locutor.

É precisamente aí que aparece a ausência de assimilação dos enunciadores às fontes dos conteúdos, porque essa assimilação leva a distinguir *enunciativamente* o emprego modal de *Maria diz que p* e o emprego modal de *Pedro diz que p*, já que os enunciadores postos em cena serão respectivamente Maria e Pedro, dois indivíduos diferentes. Ora, o não-engajamento do locutor é o mesmo nos dois casos. Falta, portanto, o objetivo de descrever os modos como um locutor pode apresentar um conteúdo se forem assimilados os enunciadores às fontes dos conteúdos. A “teoria argumentativa da polifonia” (TAP), que eu construo atualmente com Oswald Ducrot e Alfredo Lescano consiste no que era seu primeiro objetivo – descrever os tipos de apresentação de um conteúdo – e propõe ver nos enunciadores, não as fontes dos conteúdos, mas seres míticos, em número restrito³. Há a voz do Mundo que permite ao locutor tomar um tom factual e que aparece no que eu chamo o modo enunciativo do encontrado: o conteúdo aparece como achado, encontrado, pelo locutor, sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel em sua concepção. (Creio assim possível descrever os textos “históricos”, no sentido de Benveniste, sem supor o desaparecimento do locutor: o locutor continua presente, mas assume um tom factual e é nisso que consiste seu apagamento). Há a voz do Ausente, que permite ao locutor se descomprometer em benefício de outra subjetividade: os conteúdos aparecem então como aceitos pelo locutor. Há enfim a voz do Locutor, que permite ao locutor tomar um tom engajado e define o que eu chamo de modo do concebido: o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação. Essa última voz é tão mítica quanto as outras. Ela representa, não a individualidade do locutor, no que o distingue de outros locutores, responsáveis por outros enunciados, mas o fato de que ele se compromete em seu enunciado. Pode-se aplicar isso aos exemplos que já vimos:

- (12) *Eu acho que os estudos literários sobre um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição como tese.*
- (13) *Nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*
- (14) *Parece que nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*

³ Ver CAREL, Marion, Polyphonie et argumentation. In: BIRKELUND, MOSEGAARD et NOREN (éd.), *L'énonciation dans tous ses états*. Bern: Peter Lang, 2008, p.29-45; LESCANO, Alfredo. Vers une grammaire argumentative de la phrase. Tese de doutorado. EHES, 2008; LESCANO, Alfredo. Pour une étude du ton. *Langue Française*, n.164, 2009, p.45-61, ou ainda CAREL, Marion e DUCROT, Oswald. Mise au point sur la polyphonie. In: *Langue française*, n. 164, 2009, p. 33-44. [O artigo de LESCANO, Alfredo, Pour une étude du ton está traduzido para o português neste mesmo número de Letras de Hoje (NT)]

Os três locutores assumem que os estudos literários sobre autor não têm lugar em sua universidade, mas esse conteúdo é apresentado sob modos enunciativos diferentes: em (12), ele aparece ao modo do concebido; em (13) aparece ao modo do encontrado; em (14) enfim, aparece ao modo do aceito. É igualmente ao modo do aceito que aparece o conteúdo [a crise econômica ficou para trás] assumido pelo locutor do emprego modal de *dizer*:

- (17) *Maria diz que a crise econômica ficou para trás, Pedro deveria rapidamente encontrar trabalho.*

O fato, inegável, que o locutor indique com precisão que a fonte desse conteúdo é Maria, precisão que não traz, por exemplo, o locutor de *parece que*, não influencia nem sobre o próprio conteúdo assumido (trata-se de [a crise econômica ficou para trás]), nem o tom sobre o qual esse conteúdo é comunicado por (17). Ele está inscrito em segundo plano, no interior de um conteúdo, não mais assumido, mas apenas acordado: certamente comunicado, o fato de que Maria tem a propriedade de dizer que a crise econômica ficou para trás não é o objeto da tomada de palavra, nem tem papel enunciativo, no nível principal do discurso. Outras pessoas enunciativas, outros tons, outros modos enunciativos (esses termos de pessoa enunciativa, de tom, de modo enunciativo são, para mim, modos de falar equivalentes) poderão ser acrescentados, mas permanecerão em número limitado, assim como os tipos de enunciação distinguidos por Benveniste. Conteúdos cujas fontes são diferentes podem aparecer no mesmo modo.

Vamos mais longe. Não somente diversas fontes podem aparecer por trás de um mesmo modo, mas o conhecimento da fonte não determina o modo enunciativo: um locutor pode, por exemplo, atribuir-se a si mesmo uma crença e apresentar o conteúdo, não no modo do concebido, mas no modo do recebido. É o que permite fazer a locução *a meu ver*, como vou tentar mostrar retomando um estudo (Carel, no prelo) em que comparo essa locução a *eu acho que*. Uma precisão inicialmente. Pode-se fazer sobre essas duas locuções a mesma observação que sobre *Maria diz que* e distinguir a seu respeito um emprego não modal e um emprego modal. Consideremos assim o diálogo:

A – *Eu acho que esse filme é ruim.*

B – *Isso é perdoável.*

A réplica de B pode significar que A é perdoável por achar o filme ruim (ela pode então ser completada por *isso é perdoável, tu és ainda muito jovem*) bem como significar que é perdoável que o filme seja ruim (ela pode então ser seguida de *é um primeiro filme*): no primeiro caso,

a réplica de B responde a uma leitura não modal de *eu acho que* sob a qual é atribuído ao *eu* do discurso de A a propriedade de achar que o filme é ruim; no segundo caso, a réplica de B responde a uma leitura modal de *eu acho que* pela qual é comunicado apenas que o filme é ruim. Do mesmo modo pode-se compreender *a meu ver, p* como comunicando [p é a minha opinião] (leitura não modal) ou como comunicando [p] (leitura modal). Quando as duas locuções *eu acho que* e *a meu ver* são interpretadas de modo não modal, elas comunicam o mesmo conteúdo [eu tenho a propriedade de estimar que p], e isso no mesmo objetivo do encontrado: deixemos esse caso de lado. A comparação que me interessa é a das leituras modais de *eu acho que p* e *a meu ver, p*. Vamos ver que o conteúdo comunicado [p] é então apresentado sob modos enunciativos diferentes, embora a fonte seja, nos dois casos, o próprio locutor.

De fato, a locução *eu acho que* indica que o conteúdo [p] é concebido e constitui o que o locutor, enquanto locutor, está concebendo, o que reflete seu ponto de vista enquanto locutor do enunciado. Por outro lado, introduzido por *a meu ver*, o conteúdo [p] constitui somente o ponto de vista do locutor enquanto ser do mundo e o conteúdo assumido [p] aparece no modo do recebido. Simples organizador do enunciado, e não mais como tendo concebido o enunciado assumido, o locutor de *a meu ver p* aparece, por isso, como retirando-se. Essa diferença de presença do locutor nos dois enunciados tem como consequência que só a forma em *eu acho que* pode ser utilizada para explicar com que humor se está. É o que mostra o exemplo seguinte, interpretado numa situação em que o segundo locutor acaba de deixar Maria alimentando abundantemente o gato:

Por que tu bates desse modo a porta da cozinha?

– *Eu acho que (*a meu ver) Maria dá comida demais para o gato.*

A locução *a meu ver* não introduz o modo do concebido e não mostra o locutor. O conteúdo [Maria alimenta demais o gato] reflexo do pensamento do locutor, é comunicado ao modo do recebido, isso até mesmo quando o locutor declara ser a fonte do conteúdo. Não há ligação entre o modo enunciativo escolhido e a fonte do conteúdo comunicado.

Uma última observação. Os três modos enunciativos que acabamos de ver, o encontrado, o concebido e o aceito, acompanhavam, em todos os nossos exemplos, conteúdos assumidos. O que acontece com os conteúdos acordados e excluídos? Sob que modo em particular o locutor de *a horrível visão se extinguiu* concorda com o conteúdo pressuposto [a visão era horrível]? Poder-se-ia pensar em introduzir um novo modo enunciativo, aquele, digamos,

do compartilhado: o locutor de um pressupostoalaria através de uma coletividade à qual ele próprio pertenceria (nos termos de Ducrot, o enunciador seria *ON*, se). Mas seria também aí assimilar enunciação e determinação da fonte do conteúdo. Fundamentalmente, o locutor de um pressuposto não se compromete e pretende utilizar um conteúdo indiscutível. É isso que caracteriza o modo enunciativo dos pressupostos; o enunciado *a horrível visão se apagou* comunica que a visão era horrível ao modo factual do encontrado. Seria o mesmo para todos os conteúdos acordados? Não creio. Todos os conteúdos pressupostos são acordados no modo do encontrado, mas certos conteúdos acordados, não pressupostos, podem aparecer em outro modo. Podemos, por exemplo, comprometer-nos em relação a um conteúdo sem por isso assumi-lo:

Perdemos, e isso é bem triste, toda lembrança de nossa infância.

O objeto da tomada de palavra do locutor é [perdemos toda lembrança de nossa infância]. O conteúdo [isso é bem triste] é apenas acordado, acordado e ao mesmo tempo apresentado no modo do concebido: ele não constitui simplesmente uma crença do locutor, ele é concebido no próprio momento da enunciação. É o que marca o emprego afetivo de *bem*, incompatível, por sua afetividade, com marcas do modo do encontrado (eu penso no *passé simple*). Parece igualmente possível excluir um conteúdo apresentado como concebido no próprio momento da enunciação:

Criticá-lo por seus fracassos é pouco inteligente, se não maldoso.

O locutor excluiria aqui o conteúdo concebido [criticá-lo por seus fracassos é maldoso]. De modo geral, não há, portanto, para mim, ligação entre a função textual do conteúdo (assumido, acordado ou excluído) e o modo enunciativo.

Assim, inspirada pelos trabalhos de Benveniste que, contrariamente ao que inicialmente Ducrot propôs, distingue radicalmente os fenômenos enunciativos das questões de fonte, a TAP é igualmente inspirada pelos trabalhos de Ducrot dos quais ela conserva a hipótese, ausente dos trabalhos de Benveniste, de que um locutor pode assumir um conteúdo, fazer dele o objeto de sua tomada de palavra, sem dar-se por isso ele próprio como origem de seu conteúdo, nem também se esconder atrás de uma autoridade: pode-se tomar posição por meio de conteúdos recebidos. Uma vez que a polifonia semântica foi definida a partir da teoria da enunciação de Benveniste (tendo introduzido nesta certos conceitos que

ela não comportava na origem), a oposição entre polifonia semântica e polifonia intertextual torna-se mais clara: enquanto a polifonia intertextual estuda a presença dos discursos passados nos discursos atuais, a presença de conteúdos que, estranhos à responsabilidade do locutor, permanecem só sob a responsabilidade dos autores dos discursos passados, a Teoria Argumentativa da Polifonia se interessa, por outro lado, pela responsabilidade do locutor e dissocia, para fazer isso, o fato de utilizar um conteúdo, o modo sob o qual o conteúdo aparece, e enfim a fonte do conteúdo.

Um problema persiste. Quer a polifonia diga respeito aos conteúdos ou às instâncias enunciativas, quer ela seja intertextual ou semântica, ela é geralmente representada por uma simples superposição de proposições ou de vozes, cujo efeito de conjunto é por vezes evocado (fala-se de dialogismo), mas permanece, quanto ao essencial, a ser descrita. A importação, no domínio linguístico, das reflexões das teorias da imagem sobre a noção de plano de fundo poderia permitir progressos nessa direção.

Referências

- ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1978 [1962].
- BAKHTINE, Mikhail. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit, 1977 [1929].
- BAKHTINE, Mikhail. *La poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil, 1970 [1963].
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern: Francke Verlag, 1965 [1944].
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1975. v. 1.
- BERRENDONNER, Alain. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1981.
- CAREL, Marion. Polyphonie et argumentation. In: BIRKELUND, Merete; MOSEGAARD, Hansen; NORÉN, Coco (Ed.). *L'énonciation dans tous ses états*, Bern: Peter Lang, 2008. p. 29-45.
- CAREL, Marion. Polyphonie et évidentialité. In: ROSSARI, Corinne (Ed.). *De la pertinence de la notion d'évidentialité pour le français et l'italien*, à paraître.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Mise au point sur la polyphonie. *Langue française*, n. 164, p. 33-44, 2009.
- COLAS-BLAISE, Marion. La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage. *Recherches linguistiques*, n. 31. Metz: Université Paul Verlaine, 2010.
- DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- FREGÉ, Gottlob. Sens et dénotation. Traduit par C.I. Imbert. In: *Écrits logiques et philosophiques*. Paris: Seuil, 1971.
- LESCANO, Alfredo. *Vers une grammaire argumentative de la phrase*. Thèse (Doctorat) – EHESS, Paris, 2008.

LESCANO, Alfredo. Pour une étude du ton. *Langue française*, n. 164, p. 45-61, 2009.

MONTE, Michèle. Le jeu des points de vue dans l'oxymore: polémique ou reformulation? *Langue Française*, n. 160, p. 37-54, 2008.

NOLKE, Henning; FLOTTUM, Kjersti; NOREN, Coco. *ScaPoLine. La Théorie Scandinave de la Polyphonie*. Paris: Kimé, 2004.

PERRIN, Laurent. Le sens et ses voix. *Recherches linguistiques*, Metz: Université Paul Verlaine, n. 28, 2006.

RABATEL, Alain. *Homo narrans. Pour une étude énonciative et interactionnelle du récit*. Limoges: Editions Lambert-Lucas, 2008. v. 1 et 2.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. *Mind*, 14. Traduction française de J-M. Roy. In: *Écrits de logique philosophique*. Paris: PUF, 1989.

Recebido: 08 de novembro de 2010

Aprovado: 15 de dezembro de 2010

Contato: marion.carel@ehess.fr